



MAR EM DIÁLOGO
Iniciativa conjunta evidencia trabalho da GRATERMar

página 3



LADA
Uma casa recuperada para bem receber doentes

página 4



GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 36 . junho/2021 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



TERRITÓRIOS RURAIS PRECISAM DA EUROPA

páginas 4 e 5

Presidente da Federação Minha Terra, Ana Paula Xavier, defende importância dos fundos comunitários.



DÉCIO SANTOS
Secretário do Conselho de
Administração da GRATER

EDITORIAL

Com o abrir de um novo período, marcado pelo alívio das medidas de prevenção obrigatórias impostas pelo quadro internacional, lança a GRATER - Associação de Desenvolvimento Local, uma nova edição da sua publicação, desta feita, trazendo até si um retrato de projetos inovadores, casos de sucesso, empreendimentos sociais e novos conceitos que estão a imprimir crescimento não só aos nossos associados, mas também à Região como um todo.

Nesta edição, damos a conhecer o meritório trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Centro Social Paroquial da Ribeirinha, destacando os projetos implementados pelos seus profissionais e voluntários, numa relação de entreaajuda para o benefício comunitário que resulta como um exemplo do que pode ser alcançado para a população local.

Focamos, também, a nossa atenção no projeto de beneficiação da Quinta do Martelo, enquanto um exemplo de perseverança e qualidade de serviço turístico e preservação cultural; e damos a conhecer um segundo projeto exemplar, a “Reabilitação de moradias para alojamento de doentes deslocados” da LADA – Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores. Trata-se de uma iniciativa local meritória pela forma como procura colmatar uma falha premente na deslocação de pessoas em situação de fragilidade.

Assinalamos, por fim, o aniversário da GRATER, que celebra mais um ano de serviço local, iniciando mais um período de apoio ao desenvolvimento através da implementação de diversas iniciativas em prol dos nossos associados.

OPINIÃO

JER Jovem Empresário Rural



FIRMINO CORDEIRO
Diretor-geral da AJAP

A figura do Jovem Empresário Rural merece particular destaque na AJAP (Associação dos Jovens Agricultores de Portugal), porque lutamos muito pela sua afirmação pública e pelo seu reconhecimento por parte do Governo e, também, porque a entidade parceira que sempre esteve ao nosso lado na sua defesa anuiu à nossa pretensão desta figura ter também um enorme destaque no Grupo Crédito Agrícola – GCA, através da criação do Cartão de Crédito JER.

O lançamento deste Cartão JER – Jovem Empresário Rural, ocorrido no dia 27 do passado mês de maio – sofreu enormes atrasos devido às restrições causadas pela pandemia COVID-19 – decorreu de forma simples, mas comprometida entre as instituições presentes com o sucesso que a figura pode representar para o país.

A AJAP agradece mais uma vez ao Grupo Crédito Agrícola, na pessoa do seu Presidente Eng.º Licínio Pina, o constante empenho na implementação e afirmação da Figura JER, bem como a possibilidade que hoje o GCA

faculta a todos os que vão poder utilizar esta ferramenta de trabalho. Com benefícios financeiros e instrumentos de tesouraria facultados pelo GCA, serviços técnicos e assistência às explorações pela AJAP, bem como outros serviços e descontos associados a outros parceiros e empresas aderentes ao Cartão JER.

Destacamos também neste evento a presença do Presidente da ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários, Eng.º Alexandre Meireles, instituição parceira da AJAP há longa data. Relembro a constituição conjunta da UJEP – União dos Jovens Empresários de Portugal, desde 1991, e que em face dos novos tempos se exige uma reorganização e novas dinâmicas.

A Figura do JER – Jovem Empresário Rural, transversal aos diferentes setores de atividade e que se quer mobilizadora dos territórios rurais e com particular destaque nos territórios de baixa densidade, pode, na perspetiva da AJAP, ser uma bandeira de afirmação e defesa conjunta da AJAP e da ANJE, junto do Governo, numa lógica multiministerial, e de um conjunto de programas de apoio específicos associados a vários fundos.

Falamos de mais de dois terços do país, com muito poucas crianças, poucos jovens, e a restante população residente com médias de idade sempre acima dos 60 anos, onde há necessidade de investir e muito em políticas atrativas para as pessoas.

Pensar nas próximas gerações também implica não deixar nenhuma região do país para trás, sob pena de parte dele se pintar de negro a cada verão que passa.



ESPAÇO ASSOCIADO

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA RIBEIRINHA Cuidar da freguesia

O Centro Social e Paroquial da Ribeirinha é prova do dinamismo e do voluntarismo que se vive na freguesia. Há 30 anos que a instituição se dedica a cuidar dos idosos e das crianças do lugar.

Não há, na Terceira, quem não reconheça as especificidades da Ribeirinha. A freguesia, atravessada pela água e recortada pela serra, é casa de gente trabalhadora, interessada no seu património natural e histórico e, por isso, proficua também em coletividades. Filarmónicas, impérios do Espírito Santo, um grupo de teatro, de folclore, escoteiros e uma equipa de futebol, fazem da Ribeirinha uma das freguesias mais dinâmicas da ilha. Aqui, associações e voluntários cuidam do passado e do futuro do lugar.

O Centro Social e Paroquial da Ribeirinha, Instituição Particular de Solidariedade Social fundada a 13 de março de 1991, é exemplo dessa dedicação. Criado para ajudar as famílias da freguesia, o organismo tem vindo a destacar-se pelo seu papel, sobretudo, junto das crianças e dos idosos. É aqui que funcionam o ateliê de tempos livres e um dos centros de convívio – e outros projetos começam, agora, ganhar forma. António Toste, vice-presidente do Centro Social e Paroquial desde 2014, não esconde o orgulho na instituição, mas sobretudo na Ribeirinha: uma é espelho da outra, das suas gentes, da entrega que os seus habitantes emprestam aos projetos em que se envolvem, impulsionando, assim, o seu desenvolvimento. “A Ribeirinha evoluiu muito. Situada a cinco quilómetros da cidade de Angra do Heroísmo, tem hoje muitos residentes que lá trabalham e estudam, o que molda, também, a população e os seus conhecimentos. Não posso dizer que não tenhamos dificuldades – claro que temos –, mas há muitos movimentos que se encarregam de ir percebendo o que faz falta às pes-



soas que mais precisam, carências que vão da alimentação à habitação. No Centro Social, por exemplo, é isso que fazemos e ajudamos como podemos”, avança.

O Centro Social e Paroquial da Ribeirinha acompanha cerca de 90 pessoas. No centro de convívio, 60 idosos partilham o tempo, numa relação que, para além de estreitar os laços entre quem ali se ocupa, permite também dar continuado fôlego às tradições da freguesia. Aqui ensaiam-se bailinhos e dá-se corpo ao muito açoriano Espírito Santo, trazendo-o aos altares, aos terços, às funções que juntam todos à mesa. É um lugar de partilha.

Já no ateliê de tempos livres, molda-se o futuro: 30 crianças de todos os cantos da freguesia passam aqui o tempo que não passam na escola, adquirindo as competên-

cias e os saberes transmitidos pela professora responsável. “É um trabalho que tem corrido bem e que facilita muito a vida às famílias da Ribeirinha”, considera António Toste.

São dois projetos importantes que, ainda assim, não cansam a direção – o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha quer ir mais longe e já tem planos. Um deles passa por construir, na antiga cooperativa, um lar que possa albergar as pessoas com maiores necessidades de acompanhamento. “Apresentámos o projeto em setembro do ano passado. Pretendemos recuperar o edifício junto à Casa da Lata, que nos foi doado por sócios da antiga cooperativa, e queremos, assim, criar ali um centro de dia que possa evoluir para centro de noite – com capacidade para 25 camas – para es-

tarmos junto das pessoas que têm outras patologias e outros problemas. Acreditamos que será uma mais-valia, mas necessitaremos sempre da colaboração do Governo Regional, não só na obra, mas principalmente na manutenção do projeto”, explica o vice-presidente.

O Centro Social e Paroquial da Ribeirinha não esconde a sua matriz católica – o padre da freguesia é, por inerência, o presidente da instituição – e muitas das suas opções advêm, exatamente, desse olhar cristão sobre o outro. Daí que, diz António Toste, o organismo dê particular atenção aos mais necessitados, aos mais frágeis – àqueles, enfim, que mais precisam da sua ajuda. Para os voluntários que aqui ocupam o seu tempo, o desenvolvimento faz-se em cooperação – visão, aliás, partilhada com a GRATER, de que o Centro Social e Paroquial é associado. “Há vantagens nesta ligação e é preciso saber aproveitá-las para, assim, conseguir impulsionar projetos. É uma associação que ajuda bastante nesse desenvolvimento [dos territórios rurais]”, sustenta.

Para António Toste – que foi presidente da autarquia local – são as gentes e instituições da Ribeirinha que fazem a freguesia. O Centro Social e Paroquial está aí para prová-lo.



ENTREVISTA

ANA PAULA XAVIER, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO MINHA TERRA

Desenvolvimento rural depende dos fundos comunitários

Ana Paula Xavier, presidente da Federação Minha Terra há um ano, defende a importância dos fundos comunitários no desenvolvimento dos territórios rurais do país. Nesse processo, entende, a ação dos Grupos de Ação Local (GAL) é essencial – mas pode ainda melhorar.

Cumpriu, em janeiro, o primeiro ano do mandato na direção da Federação Minha Terra. Que importância assume, hoje, esta rede de Grupos de Ação Local do país?

O ano passado, 2020, que correspondeu ao primeiro ano do mandato dos órgãos sociais da Federação Minha Terra, cuja direção presido, foi um ano atípico. Entre outras coisas, queríamos ter assinalado o nosso vigésimo aniversário com uma iniciativa mobilizadora, mas a pandemia não nos deixou.

É sempre difícil ser juíza em causa própria e, por isso, preferimos que sejam as Associações de Desenvolvimento Local nossas associadas, assim como as entidades parceiras com quem nos relacionamos, a reconhecer (ou não) a importância da Federação Minha Terra. Ainda assim, penso que no decurso destes 20 anos temos tido um trabalho útil de representação, qualificação e trabalho em rede com as nossas associadas e, também, uma atitude construtiva e um posicionamento assertivo na defesa dos territórios e das comunidades rurais.

Quais são, de resto, na sua opinião, os grandes desafios destes grupos, destas associações e do desenvolvimento rural em Portugal?

Em relação às ADL, o grande desafio é encontrarem os mecanismos que lhes permitam continuar a trabalhar nos territórios de forma integrada, em grande proximidade com as comunidades e os diferentes setores da sociedade e com a qualidade técnica que lhes é reconhecida, o que do ponto de vista interno implica uma capacitação permanente.

Sobre o desenvolvimento rural, mais do que apenas o segundo pilar da Política Agrícola Comum, penso que o desafio é que se assuma como um eixo transversal da política nacional, com respeito pelas expectativas e capacidades para criar e apoiar uma resposta às necessidades dos diferentes territórios rurais, que vai muito além das questões ligadas à agricultura.

O atual quadro comunitário de apoio está prestes a chegar ao fim. O que é que pode



esperar-se em relação ao que se segue?

Para um país como Portugal, os quadros comunitários de apoio são instrumentos muito importantes. Uma parte importante do investimento público e dos apoios públicos a iniciativas privadas não seria possível sem recurso aos fundos europeus. Mas, para além dos recursos financeiros, os quadros comunitários traduzem também propostas comuns da União Europeia a desafios que por vezes são comuns, globais até, e outras vezes são específicos de cada região ou território. Como já ouvimos muitas vezes, o próximo quadro será marcado pela transição climática e pela transição digital, a que junta a recuperação socioeconómica dos países da União, com o apoio de instrumentos específicos, com destaque para os Programas de Recuperação e Resiliência, que cada Estado Membro deve ter a capacidade de utilizar bem, de forma transparente e para o benefício coletivo.

Que prioridades devem orientar os próximos instrumentos de apoio ao desenvolvimento local? E qual deve ser o papel dos Grupos de Ação Local na gestão destes fundos?

Para ser coerente com o que defendemos, não vou identificar áreas temáticas, pois consideramos que na base dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento local deve estar a possibilidade de consubstanciarem as Estratégias de Desenvolvimento Local concebidas pelas parcerias locais. Por isso, devem ser instrumentos

flexíveis e de “largo espectro”, que permitam uma declinação territorial e que favoreçam a inovação, tanto nas questões técnicas, como organizacionais e/ou sociais. Como temos vindo a dizer, esperamos que estes instrumentos apliquem, de facto, os princípios da simplificação e da proporcionalidade, pois regra geral trata-se de apoiar pequenas iniciativas, que acabam por estar sujeitas a uma burocracia tão pesada como os grandes projetos, o que não se justifica.

Os GAL deverão continuar a fazer o que têm feito nos últimos 30 anos, desde que o Programa de Iniciativa LEADER foi criado, em 1991, ou seja, animar parcerias de atores do território para conceber e implementar Estratégias de Desenvolvimento Local, com todas as dimensões que isso implica: promovendo a dinamização territorial, fazendo emergir e selecionando os projetos a apoiar de acordo com as prioridades para o respetivo território, mobilizando os recursos locais para complementarem os fundos comunitários que têm conseguido alavancar. Tudo isto em grande proximidade e articulação com os agentes socioeconómicos, públicos e privados dos territórios.

Qual tem sido, aliás, a importância de ambos – dos instrumentos de financiamento comunitário e dos Grupos de Ação Local – no desenvolvimento rural do país?

Como já tive oportunidade de mencionar, os

apoios comunitários são muito importantes em Portugal e é essencial que continuem a ser mobilizados para o desenvolvimento dos territórios rurais. Precisamos de aprofundar a articulação entre fundos e políticas comunitárias e nacionais, para tirarmos o foco dos procedimentos e da burocracia e olharmos mais para os objetivos e resultados.

A importância dos GAL pode ser tanto maior quanto mais quisermos fomentar a governança territorial e privilegiar dinâmicas e modelos de governação participativos, inclusive dos programas que canalizam os apoios europeus. Estas são dimensões cada vez mais presentes nas estratégias nacionais e internacionais e nos discursos políticos, mas ainda insuficientemente incorporadas nas práticas e nas políticas públicas. O trabalho dos GAL é valorizado a todos os níveis – desde o nível europeu (pela Comissão Europeia, o Conselho Económico e Social Europeu, o Comité das Regiões) até ao dos promotores de projetos (que é o que mais nos interessa) – mas no início de cada ciclo de programação, há sempre a necessidade de prestar provas, percorrer o processo de reconhecimento e de validação... como se não houvesse um histórico, um capital social acumulado e um conjunto de realizações e resultados nos territórios que traduzem o trabalho dos GAL.

Tradicionalmente, os GAL têm trabalhado, primeiro, no âmbito de programas de iniciativa comunitária (com particularidades e regras muito próprias) e, posteriormente, com o enquadramento dos Programas de Desenvolvimento Rural do Continente e das Regiões Autónomas, mobilizando dotações do segundo pilar da PAC. Mas não é suficiente. Um recente estudo do Conselho Económico e Social Europeu afirma que, apesar dos vários benefícios da PAC, a política mostra-se insuficiente em várias áreas, defendendo a necessidade de uma maior ligação com outras políticas para o desenvolvimento dos territórios rurais. Aqui, nós consideramos que a Política de Coesão pode ter um papel central. O instrumento DLBC – Desenvolvimento Local



de Base Comunitária com carácter multifundo que estamos a implementar no Continente, no atual período de programação, precisa de alguns ajustes, mas está no caminho certo.

Que balanço faz, em específico, do trabalho dos Grupos de Ação Local dos Açores na implementação, nos seus territórios, das suas Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária?

Muito positivo. Não apenas no que respeita aos indicadores de monitorização, nomeadamente o compromisso e a execução das verbas alocadas às suas estratégias de desenvolvimento local – que é um elemento importante,

mas não é tudo –, onde os GAL dos Açores estão no topo da tabela, mas principalmente na qualidade dos projetos e na intervenção das equipas. A Federação Minha Terra participou nas reuniões do Comité de Acompanhamento do PRORURAL e, atualmente, do PRORURAL+, o que nos permite acompanhar o trabalho dos GAL da Região. Desde que terminaram os programas de iniciativa comunitária LEADER, há uma menor proximidade entre os GAL do Continente e os das Regiões Autónomas, que a Federação Minha Terra tenta colmatar com as atividades que promove, pois as dimensões de cooperação e trabalho em rede também estão no coração do LEADER.



PROJETOS EXEMPLARES



A Casa Solidária, da Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores (LADA), acolhe, anualmente, cerca de seis centenas de utentes que vêm de todas as ilhas em busca de tratamentos na Terceira. O número é muito significativo – demonstra bem a importância da instituição –, mas revelou também, ao longo dos anos, uma lacuna: a necessidade de oferecer outras condições para as estadias de longa duração, por forma a permitir que as famílias que aqui viessem por motivos de saúde, e que aqui precisassem de ficar por mais tempo, se sentissem como em casa. Problema identificado, problema resolvido: hoje, para além daquela habitação junto ao hospital antigo, a LADA tem novos alo-

jamentos para acolher os casos médicos em que o acompanhamento é mais exigente.

São dois apartamentos e ficam na Ribeirinha. Oferecidos pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, os edifícios precisavam de obras de beneficiação para que pudessem assumir um papel transformador para a instituição e para os doentes por ela acompanhados, explicou João Enes, presidente da LADA. “Este espaço estava uma ruína e não tinha grande utilidade. Em sede de direção, resolvemos fazer uma candidatura à GRATER para o apoio à reconstrução de um lugar que servisse também para alojamento. Tivemos a felicidade de ter o apoio da associação

LIGA DOS AMIGOS DOS DOENTES DOS AÇORES

Casas para bem receber

e, em 2019, começámos a construir”, avançava o responsável no dia da inauguração, a 26 de agosto de 2020, data de aniversário da Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores.

Com um apoio de 74.998,28€, concedido no âmbito do PRORURAL+, a instituição conseguiu avançar não só com as obras, mas também com o apetrechamento dos espaços, dispondo hoje de duas novas casas, com duas camas cada uma. Um projeto que também beneficia o trabalho desenvolvido na Casa Solidária. “Lá temos cerca de 14 camas – sete quartos que estão permanentemente lotados, por vezes com situações de média/longa duração: tratamentos oncológicos, doentes renais e outras situações que implicam estadias prolongadas. Quisemos dar outras condições a essas pessoas que precisam de deslocar-se, inclusivamente, com familiares, para estarem aqui

com outro conforto, com outro apoio. Por outro lado, isso também libertará espaço na Casa Solidária para estadias mais curtas”, referiu. A Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores consolidou, com este investimento, o seu papel na comunidade local e regional, reforçando desta forma a qualidade da ajuda que presta aos utentes do Serviço Regional de Saúde que se deslocam para serem cuidados na Terceira. Estes espaços são verdadeiros lares e constituem, segundo o presidente da instituição, uma resposta diferenciada. “Os doentes que ficam nestas residências não têm só apoio no alojamento, não ficam apenas confinados num quarto: têm a convivência do grupo, têm as nossas voluntárias, têm as nossas funcionárias que dão um apoio psicossocial. É um apoio humanizado, que é o melhor para os nossos doentes e familiares” concluiu.

QUINTA DO MARTELO

Valorizar a autenticidade

A Quinta do Martelo, em São Mateus, tem uma longa história na afirmação do turismo rural da ilha Terceira. O projeto, que começou a ser desenhado nos anos 80, está em constante evolução, mas não perde a sua matriz. Desde que abriu portas, o espaço afirma-se como repositório de autenticidade. Aqui, experimenta-se o antigo com o conforto de hoje. O sucesso da Quinta do Martelo – que tem acumulado, ao longo dos anos, para além das boas críticas dos clientes, vários prémios do setor, mas também de ecologia – deve-se à visão de Gilberto Vieira. O proprietário imaginou o lugar como um pequeno oásis de uma tradição e de uma cultura construídas ao longo de quase 600 anos de história, sem deixar de lado as exigências do século XXI. Isso obriga a aturado estudo e experiência, mas também a

constantes investimentos.

Um deles aconteceu sob a égide do PRORURAL+, com o apoio da GRATER. “Tratou-se da renovação de alguns equipamentos da introdução de outros. A Quinta do Martelo, depois da terrível experiência por que passámos e continuamos a atravessar, e seguindo os conhecimentos entretanto adquiridos neste contexto, no ano 2021, tentou manter-se e aperfeiçoar-se, num esforço contínuo de valorização do nosso passado para consolidar o futuro, com as adaptações que a experiência recomenda, sem nunca abdicar minimamente de investir no que de autêntico nos distingue. As nossas primeiras preocupações continuam a ser o ambiente e a ecologia, contrabalançando, dentro das nossas possibilidades e sem desconfigurar e descaracterizar a propriedade,



com as tecnologias atuais”, afirma o responsável.

Assim, com um investimento elegível de 93.034,93 euros, participado a uma taxa de 70% atendendo a que foi criado um posto de trabalho, a Quinta do Martelo pôde introduzir equipamentos de aquecimento de águas, por forma a reduzir o consumo de energias fósseis; adquirir colchões ortopédicos; renovar as casas de banho e o sistema de filtragem da piscina; instalar um sistema de iluminação LED também na piscina; equipar todos os quartos com televisores modernos, entre outros aspetos.

“Na prática, o investimento traduziu-se num compromisso de

continuar a apresentar aos nossos clientes um produto verdadeiramente diferenciado, genuíno e de qualidade elevada”, afirma Gilberto Vieira, que justifica a procura do apoio da Associação de Desenvolvimento Local com a adequação do sistema de incentivos ao desenvolvimento rural que é objeto e objetivo da Quinta do Martelo.

É este pacto com os turistas – e com a população da ilha Terceira que é visita recorrente no espaço – que faz com que a Quinta do Martelo seja uma das unidades de turismo rural mais especiais dos Açores. Aqui a genuinidade e o conforto andam lado a lado e complementam-se.

NOTÍCIAS

Iniciativa “Mar em diálogo” evidencia percurso da GRATER Mar

O percurso trilhado pela GRATER Mar e os projetos apoiados pelo Grupo de Ação Local das pescas estiveram em evidência no encontro “Mar em diálogo”, promovido pela Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo em parceria com a Associação de Desenvolvimento Local. A iniciativa, que decorreu no dia 22 de abril, juntou no mesmo palco não só especialistas em biodiversidade marinha e economia do mar, mas também promotores de projetos enquadrados na Estratégia de Desenvolvimento Local costeira.

Trata-se de uma estratégia recente mas que já está a dar frutos, salientou, na ocasião, a presidente do órgão de administração da GRATER Mar, Fátima Amorim. “Apesar de ainda persistirem algumas dificuldades, em virtude de ser a primeira vez que se implementa uma Estratégia de Desenvolvimento Local para as zonas costeiras, o ano de 2020 foi um ano de alavancagem da execução da Estratégia de Desenvolvimento Local costeira, tendo-se atingido, atualmente, uma taxa de compromisso de 90%. Destacamos, entre outros, os projetos da tipologia ‘reforço da competitividade do turismo e inovação no espaço marítimo’”, referiu.

Há, no entanto, bastantes mais tipologias de intervenção apoiadas pelo Grupo de Ação Local: a qualificação escolar e profissional relacionada com o meio aquático; a preservação, conservação e valorização dos elementos patri-



moniais e dos recursos naturais e paisagísticos; o reforço da competitividade da pesca; a promoção dos produtos locais de qualidade; e a melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais no âmbito do mar.

De acordo com Fátima Amorim, que falava na sessão de abertura do encontro, a estratégia tem motivado o interesse dos atores do território com população ligada às atividades piscatórias. Só assim, avançou, será possível contribuir para a promoção do território costeiro, para a formação de competências, transferência de conhecimentos e serviços de apoio às empresas, infraestruturação de suporte à valorização do pescado,

preservação e conservação da biodiversidade dos recursos marinhos. Tudo para dinamizar os recursos e ir ao encontro dos interesses dos agentes económicos da fileira das pescas, no sentido de contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos pescadores e para a dinamização socioeconómica das comunidades piscatórias. “A promoção do desenvolvimento local e a diversificação das economias das zonas costeiras e pesqueiras, através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da promoção da inovação social e criação de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social são essenciais para o desenvolvimento e melho-

ria da vida das zonas costeiras”, considerou.

São exemplo desse empreendedorismo três empresas que desenvolveram projetos no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Local costeira e que foram apresentados no encontro “Mar em diálogo”: a TZZ Flying Fish Azores, que está a finalizar um projeto de conservas artesanais feitas na ilha Terceira; a Octopus, que se candidatou à GRATER Mar para consolidar a sua atividade na área do mergulho, e Rolando Oliveira, também empresário com atividade marítimo-turística. Neste encontro, que decorreu no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, falou-se ainda de recursos marinhos, nomeadamente da estratégia de pescas da Região, do risco do colapso dos recursos e do programa Blue Azores; bem como da valorização da pesca e das suas atividades complementares, tendo-se abordado, a este respeito, as questões da vivência dos pescadores açorianos, da apanha e da comercialização de pescado e do papel da mulher no associativismo.

A conferência “Mar em diálogo” integrou a iniciativa “Mar à vista”, que contou ainda com uma componente gastronómica, intitulada “Mar à mesa”. Neste âmbito, foram desenvolvidas ementas especiais nos espaços de restauração da ilha Terceira, que incluíram uma entrada e um prato com produtos do mar. Participaram, no evento, 17 restaurantes.

Federação Minha Terra participa na assembleia geral da ELARD

A Federação Minha Terra participou, no passado dia 20 de maio, na assembleia geral da ELARD - Associação Europeia LEADER de Desenvolvimento Rural. No encontro, foi aprovada a adesão, ao organismo, da NORDK, a rede de organizações de desenvolvimento rural do Kosovo, bem como da Rede

Rural Nacional do Luxemburgo, entidade representante dos Grupos de Ação Local luxemburgueses. Assim, o número de membros da ELARD sobe para 29. Representam 28 países europeus, incluindo países não-membros da União Europeia. A reunião incluiu uma apresentação sobre os objetivos e o

funcionamento da Conferência sobre o Futuro da Europa, a cargo de Anguel Beremlynsky, membro do Secretariado Comum da Conferência, tendo sido abordada a relação com a Visão de Longo Prazo para as Zonas Rurais e outras estratégias da União Europeia. Na Assembleia Geral da

ELARD discutiram-se, ainda, as comemorações dos 30 anos da criação da abordagem LEADER, que vão integrar eventos de reflexão, debates e outras iniciativas, que ocorrerão em vários países, promovidas pelos membros da Associação Europeia LEADER de Desenvolvimento Rural.

NOTÍCIAS

CESE defende complementaridade da PAC

O CESE - Conselho Económico e Social Europeu defende que a Política Agrícola Comum deve ter uma maior ligação a outras políticas. O organismo publicou, recentemente, um relatório onde analisa os contributos da PAC, tendo concluído, a propósito, que há áreas em que a política é insuficiente.

A publicação, que resulta da consulta a organizações da sociedade civil e autoridades públicas de cinco países (França, Hungria, Irlanda, Itália e Espanha), revela que a PAC apresenta bons resultados, nomeadamente, no combate ao despovoamento, na diversificação da economia das áreas rurais ou na criação de novos mecanismos de governança, mas sublinha que há lacunas no que diz respeito à resposta aos novos desafios económicos, ambientais e sociais que estes territórios en-

frentam.

O CESE defende, neste sentido, a adoção de uma visão holística para o desenvolvimento rural e uma maior ligação e coerência da PAC com outras políticas, objetivos e metas, por forma a que a política seja capaz de responder aos novos desafios, de uma forma adaptada às novas realidades introduzidas pela pandemia (digitalização, teletrabalho, novas tecnologias e novas soluções).

Na publicação é ainda salientado o potencial da abordagem LEADER/DLBC, mas é referida a necessidade de um reforço dos recursos disponíveis e do seu melhor aproveitamento, com o CESE a considerar fundamental o envolvimento das organizações da sociedade civil para a adequada implementação das políticas e a concretização dos objetivos das comunidades rurais.

Futuro da Europa: Comissão lança plataforma para recolha de contributos

A Comissão Europeia lançou, no mês de abril, uma plataforma online onde os cidadãos podem dar contributos sobre o futuro da política da União Europeia. Esta plataforma, lançada no âmbito da iniciativa Conferência sobre o Futuro da Europa, “será o núcleo central da Conferência, um espaço onde serão reunidos e partilhados todos os contributos dos cidadãos, incluindo eventos descentralizados, painéis e sessões plenárias da Conferência.”

A plataforma contém um

mecanismo de análise das principais questões levantadas pelos cidadãos, o que permite o seu agrupamento por tema e facilita a consulta pelos decisores políticos e os cidadãos em geral.

Para além disso, a plataforma inclui informação sobre a estrutura e o trabalho de Conferência, bem como recursos úteis para os organizadores de eventos, incluindo um catálogo/mapa de eventos, através do qual poderão ser promovidas iniciativas de nível local, regional, nacional e europeu.

CURIOSIDADES

do mundo rural

As burras de milho

A paisagem rural da Terceira faz-se de marcas identitárias: a pedra que enforma os cerrados, a telha escura, a cantaria que adorna as casas encimadas pelas chaminés de mãos postas. Há, no entanto, elementos que têm vindo a perder-se, mas que contam, sozinhos, a história da ilha e do arquipélago. As burras de milho são disso exemplo: sinal de riqueza noutros tempos, hoje são de raro avistamento. São poucos aqueles que se ocupam dessas estruturas – armações de troncos ou de varas de madeira, onde se secavam e armazenavam as socas.

Nas burras de milho guardava-se a matéria-prima que alimentaria os animais e as gentes. Dali saía o pão do ano todo: as socas seguiam para o moleiro e regressavam farinha. Isso mesmo contava o padre Coelho de Sousa, na edição de 26 de maio de 1958 do jornal A União. Num texto aí publicado, dava conta, também, das especificidades da Terceira no manejo do cereal: “Da maior parte das gentes açorianas é o milho o pão nosso de cada dia. E enquanto nas ilhas mais vizinhas – São Jorge, Pico, Faial – o milho de pão é seco e entulhado, nesta Terceira de Cristo fica-se por burras ou peões (cafuões em São Miguel), ao sol e à chuva pelo inverno dentro, ou primavera risonha, que ao verão mal chegam carapuças de socas furadas”.

Nos anos 50, de facto, as burras de milho pintavam cerrados de cul-

tivo a habitações rurais. Debaixo delas, os cachorros que protegiam o cereal; sobre elas, nalgumas partes da ilha, as abóboras. “E ali para os lados das Lajes, bem desfolhadas as socas e as cambadas em pelo retorcido, fazem luxo dos seus donos as burras certinhas no quintal muito postas em filas. Os escalões são menos. Mais são as quatro pernas zincadas (ai o rato!) coroadas pela abóbora que não foi ao telhado, como as do Aquilino. As nossas podem ser abóboras na burra. E são muito nossas”, escrevia.

Nesse texto, Coelho de Sousa alertava para a extinção desse saber local. Previu-o. Já quase não há burras de milho. Mas fica a imagem, eternizada também pelo padre jornalista: “Ninguém se lembre de acabar com elas. Tal tem sido a fuga do campo e seu amanhã, tal é a onda de penetração moderna que, se não nos acautelamos, teremos burras no futuro, mas sem milho... nem abóboras. E elas fazem parte da nossa paisagem folclórica e turística, com os zinhos ou garrafas do livrar dos ratos, com o vigia, lá de baixo, para ladrar a segundas mãos. São o celeiro das rendas e contribuições. São a força e arrimo das gentes de arar a terra e regá-la com suores e canseiras no horário de sol a sol. As abóboras na burra são como a flor do pastel, posta em coroa dourada ao melhor doce de pão... de milho”.

FOTOGRAFIA ART



AGENDA

• A GRATER comemora, no próximo dia 21 de julho, o seu 26º aniversário.

• Termina a 22 de junho de 2021 o aviso n.º 16/2021 para investimentos enquadráveis na intervenção 6.4 – Investimentos na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas.